



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001947-27.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES.

ASSUNTO: Inexigibilidade – Curso Aberto - Contratação de Capacitação - evento "People Analytics Summit".

DESPACHO Nº 1311 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE ([1071163](#)) deste Tribunal, por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD de evento n. [1072236](#), objetivando a inscrição e participação de 2 (dois) servidores deste TRE-RO no evento "People Analytics Summit", com inexigibilidade de licitação, a ser realizado no período de 08/11/2023 a 09/11/2023 de forma presencial e a distância (online ao vivo) na cidade de São Paulo, oferecido pela empresa AABC Organização de Eventos Ltda CNPJ: 50.162.682/0001-07.

A unidade demandante juntou inicialmente proposta comercial da empresa ([1073735](#)), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, quais sejam, Documento de Formalização da Demanda ([1072236](#)), Estimativa da Despesa - retratada pela Informação Conclusiva sobre o valor estimada da contratação direta ([1073777](#)) e Termo de Referência n. 57/2023 ([1073796](#)).

Com a juntada das certidões no evento n. [1073775](#) (Certidão Negativa Improbidade Administrativa/Inelegibilidade, Certidão de regularidade trabalhista, certidão de Regularidade fiscal federal e Regularidade do FGTS– CRF), atestou-se a regularidade mínima da empresa proponente para contratar com a Administração Pública Federal.

O valor da contratação foi inicialmente estimado em R\$ 7.689,60 (sete mil seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), havendo a juntada da programação orçamentária da despesa pretendida ao evento n. [1075555](#).

Submetida a análise inicial da SAC, esta unidade atestou a regularidade do processamento do feito às normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação** ([1074861](#)). Por sua vez, a Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu nos termos do evento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [1076149](#), em síntese, pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, fundamentos considerados na manifestação da SAFOC ([1077019](#)) para reconhecer a situação de **inexigibilidade de licitação**, aprovando-se, assim todos os documentos que integram a fase de planejamento da contratação.

Após toda a instrução do feito, tendo em vistas aspectos orçamentos agravado pelo atual cenário de exorbitantes valores das passagens aéreas, a Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP chamou o feito à ordem para fins de remodelagem da contratação para inscrição dos servidores na modalidade *on-line* de participação ([1078403](#)).

Carreou-se aos autos nova proposta de preços da empresa proponente da respectiva contratação ([1078480](#)), nova Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado ([1078482](#)) e novo Termo de Referência ([1078535](#)), que passaram a ser considerados para análise da contratação pretendida, sendo os autos remetidos à COFC, para ajustes na programação orçamentária, restando a juntada aos autos pela referida unidade ([1079089](#)).

O valor da contratação passou a ser estimado em R\$ **6.474,60 (seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)**.

Considerando que as alterações efetuadas na contratação, restringiram-se unicamente a mudança da modalidade das inscrições de presencial para online e ajuste dos valores, não houve necessidade de nova submissão do feito à análise da SAC e AJSAOFC, havendo, tão somente, juntada de nova manifestação da SAOFC ([1079201](#)) reconhecendo a situação de inexigibilidade de licitação, pela aprovação do novo TR ([1078535](#)) e da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da contratação ([1078482](#)), pela autorização da contratação direta da empresa AABC Organização de Eventos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.162.682/0001-07, no valor total de **R\$ 6.474,60 (seis mil reais, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)**, por inexigibilidade de licitação, para inscrição de dois servidores em modalidade *online*, de acordo com a proposta de preços acostada aos autos (evento n. [1078480](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas **a situação da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**: treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O conceito de inviabilidade de competição, por sua vez, decorre de causas nas quais há a ausência de pressupostos que permitam a escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado.

Como bem anotado pela Assessoria Jurídica da SAOFC, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadra-se na hipótese de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexigibilidade de licitação definida no **art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021**.

Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**, pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados na Lei de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo a comprovação de **notória especialização** de profissionais ou das empresas para configurar a inexigibilidade de licitação.

Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU, **desde a vigência da antiga legislação (Lei 8.666/90)**, já dispensava a demonstração dos dois requisitos exigidos sob sua égide (natureza singular e notória especialização) quando o evento de capacitação for ofertado por cursos abertos, o que não encontra qualquer vedação no regime da Lei 14.133/2021, de modo que é plenamente compatível com seus princípios e regras, portanto aplicável.

Assim, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos do item 16 do parecer exarado pela AJSAOFC ([1076149](#)).

No caso sob análise, conforme relatado e descrito no objeto do TR ([1078535](#)), pretende-se operacionalizar a contratação de empresa especializada para a inscrição de 02 servidores no evento People Analytics Summit, a ser realizado no período de 08/11/2023 a 09/11/2023 de forma online ao vivo, tendo em vista a necessidade da atualização de conhecimentos e aperfeiçoamento na área de Gestão de RH, abrangendo os temas Indicadores de RH e Gestão Estratégica de Pessoas.

Considerando que a escolha se insere no campo da discricionariedade, e em conformidade com o §3º, do art. 74, entende-se que a empresa escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que a mesma é a mais adequada à plena satisfação dos objetivos colimados, de modo que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação **com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021**.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral, encontrando-se previsto no Plano Anual de Capacitações de 2023 do TRE-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO, sob n. CP08003, conforme informado pela SEDES no item 2.1 do Termo de Referência ([1078535](#)).

No que diz respeito ao balizamento dos preços praticados, nada há de reparos nesse aspecto, tendo em vista que, conforme descrito no item 11.2 do Termo de Referência n. 59/2023-SEDES ([1078535](#)) fazendo remissão aos dados da informação conclusiva do valor estimado ([1078482](#)), o preço cobrado pela inscrição dos servidores é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado e, em que pese o valor ofertado para este evento haver ficado 22,5% maior que a média dos Cursos/congressos e Treinamentos similares contratados recentemente, deve-se salientar que tal oscilação apresenta-se razoável tendo em vista tratar-se de evento de capacitação, onde diversos fatores devem ser considerados, fato já registrado na referida informação, de forma, que houve a conclusão de que o valor proposto está compatível com os praticados no mercado.

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Solicitação de Contratação), Estimativa da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. [1072236](#), [1078482](#) e [1078535](#), facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (dada a notória especialização nos termos do item 3.4 do TR-[1060320](#)); e b) a **justificativa do preço** (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021**) - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento [1078482](#).

Referente ao item 5.1 do TR ([1078535](#)) onde consta a informação de que o **contrato será substituído pela nota de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empenho, cabe registrar que, em que pese a lei não incluir as situações de inexigibilidade no rol das contratações para as quais pode-se dispensar o instrumento de contrato, verifica-se que no caso sob análise, mesmo não sendo caso de dispensa de licitação, estamos diante eventual contratações que não resultem obrigações futuras e encontra-se dentro do limite de dispensa em razão do valor (**R\$ 57.208,33**), aí incluídas as inexigibilidades de licitação, de modo que aplicando-se os princípios da proporcionalidade, da celeridade e da economicidade, não se mostra razoável admitir-se que esse novo diploma legal pretenda estabelecer um procedimento mais oneroso para a prática do ato, na contramão da mitigação dessa formalidade já pacificada no regime da Lei n. 8.666/93.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

I - Aprovo o Termo de Referência n. 59/2023-PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([1078535](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1078482](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) alterado pela [Portaria 57/2023/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f" da lei nº 14.133/2022, em razão da inviabilidade de competição;

IV - Adjudico o objeto à empresa AABC Organização de Eventos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.162.682 e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor de **R\$ 6.474,60 (seis mil reais, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)**, em favor da referida empresa, depois de verificada sua regularidade fiscal;

V - Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para continuidade do processamento do feito,
com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 06/11/2023, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da
Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código
verificador **1079935** e o código CRC **52CF5553**.